

EDUCAÇÃO DO CAMPO E POLÍTICA PÚBLICA: DIFERENTES PERSPECTIVAS DE FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DO CAMPO

MAGDA GISELA CRUZ DOS SANTOS¹; CONCEIÇÃO PALUDO²

¹ Universidade Federal de Pelotas – Programa de Pós-Graduação em Educação;
magdacs81@yahoo.com.br

² Universidade Federal de Pelotas – Programa de Pós-Graduação em Educação;
c.paludo@terra.com.br (orientadora)

1. INTRODUÇÃO

No período das últimas décadas se observa que, mediante a crescente organização dos movimentos sociais, algumas de suas demandas são incorporadas por parte do Estado através das políticas públicas de educação do campo. São exemplos desse processo a abertura de cursos de Licenciatura específica para Educação do Campo, o livro didático específico para as escolas do campo, através do Programa Nacional do Livro Didático, o Programa Saberes da Terra, que oferta o ensino para jovens e adultos do campo, entre outros programas e legislações que buscam garantir o direito e a especificidade da Educação do Campo. Esse fato evidencia o avanço das lutas sociais, mas destaca também a necessidade de atenção ao projeto de formação da classe trabalhadora em curso no país e às possibilidades de disputa por outra formação, na perspectiva de construção de outra hegemonia. É importante destacar que os movimentos sociais não almejam apenas o acesso a uma educação específica para o campo, mas, sobretudo, têm a intenção de uma formação que contribua para a construção de outra hegemonia, conforme elaborou GRAMSCI (2011).

Entretanto, o Estado capitalista, ao longo de sua história, se utiliza de diferentes artifícios para a produção de consenso em torno do projeto político, social e econômico hegemônico. Entre esses artifícios se encontra a incorporação das reivindicações dos movimentos populares junto às políticas públicas, o que pode ser percebido no caso das referidas políticas de educação do campo.

O resumo apresenta uma pesquisa realizada no curso de doutorado em Educação, que investiga as implicações do processo de institucionalização da Educação do Campo para a formação dos trabalhadores do campo. Parte-se da hipótese de que 'no que se refere à formação dos trabalhadores do campo, o processo de institucionalização da educação do campo pela política pública tem avançado no sentido oposto daquele pretendido pelos movimentos populares de educação do campo, o que dificulta seu potencial no sentido de construção de outra hegemonia'. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, com base na perspectiva teórico-metodológica do materialismo histórico dialético. A investigação parte da análise da trajetória histórica do Movimento Nacional de Educação do Campo e sua relação com o Estado na proposição, elaboração e implementação das políticas públicas de educação do campo. O estudo limita-se ao período das últimas décadas, quando emerge o Movimento e se tem um impulso por parte do Estado na elaboração dessas políticas.

Com base na análise documental e na realização de entrevistas semiestruturadas, a pesquisa tem por objetivo geral expor as contradições que envolvem a formação da classe trabalhadora do campo atualmente e assim contribuir para a elaboração de novas estratégias para a formação dos trabalhadores do campo na perspectiva da construção de outra hegemonia. Para

tanto, assumem centralidade como referências para o estudo autores como MARX e ENGELS (2009), especialmente pela categoria de sujeito revolucionário e GRAMSCI (2011), principalmente pela categoria de hegemonia que elabora.

2. METODOLOGIA

Com fundamentação teórico-metodológica no materialismo histórico dialético, a pesquisa busca compreender como se produz no contexto histórico, e, portanto, material e dialético, o fenômeno social em estudo. Partindo de uma compreensão dialética da histórica, o materialismo histórico dialético pressupõe um método empírico ancorado no movimento contraditório da realidade, pois “[...] concebe o devir como princípio constitutivo da realidade concreta, cujo motor é a contradição imanente à realidade natural, social e humana (MARTINS, 2008, p. 95)”. Sendo assim, a pesquisa desenvolve um estudo de cunho qualitativo e base empírica acerca das políticas públicas educacionais para o campo nas últimas duas décadas e das ações do Movimento Nacional de Educação do Campo que influenciaram essas políticas.

Para a realização do estudo a pesquisa contará com a análise documental, dos registros do Movimento Nacional de Educação do Campo e das legislações e programas de educação direcionados à educação do campo nas últimas duas décadas. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas com representantes do Movimento Nacional de Educação do Campo e com representantes da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (MEC) envolvidos na elaboração dos programas analisados. A pesquisa se apoiará também na investigação de dados sobre a realidade do campo e os sistemas de ensino no campo, além de revisão bibliográfica sobre os temas desenvolvimento, educação do campo, movimentos sociais e políticas públicas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo da história da educação brasileira, o ensino formal para as populações do campo não representou uma preocupação central por parte do Estado. CALAZANS (1993) destaca que apenas a partir da década de 1930 a educação para o campo passa a ser pensada pelo Estado brasileiro. Entretanto, nesse período a preocupação com a educação no meio rural relacionava-se com a problemática do êxodo rural e a necessidade de ampliação da produtividade agrícola. Desse modo, a educação escolarizada para o campo surge de forma tardia e descontínua atendendo às necessidades das estruturas sócio agrárias do país. Seguindo a lógica da adaptação e acomodação, a educação rural ou “ruralismo pedagógico”, visava ainda evitar os conflitos agrários a partir de um projeto de educação voltado para as necessidades do desenvolvimento do campo em curso naquele período do sistema capitalista (CALAZANS, 1993).

Em contraponto a essa concepção de educação, que predominou durante décadas, e em consonância com a perspectiva de educação dos movimentos populares, em especial o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que desde sua origem apresentava a preocupação com a formação dos trabalhadores do campo, é que na década de 1990 consolida-se uma nova perspectiva de educação do campo que parte da crítica ao modelo de educação e de desenvolvimento predominante no campo (CALDART, 2009).

É nesse processo que se constituiu o Movimento Nacional de Educação do Campo, com o objetivo de, a partir dessa crítica, elaborar alternativas de resistência e influir na proposição das políticas públicas de educação do campo (MUNARIM, 2012). Desde então, a partir da crescente organização do Movimento, observa-se a maior visibilidade por parte do Estado com a educação do campo. Assim, partir dos anos 2000, diversas demandas do Movimento passam a ser institucionalizadas em políticas públicas educacionais direcionadas às populações do campo.

Ainda que se considere que essas políticas representam um avanço, especialmente pelo reconhecimento da necessidade de uma educação vinculada à realidade do campo, é importante observar que a perspectiva de educação do campo defendida pelos movimentos sociais não se resume ao acesso a uma educação que considere as especificidades do modo de vida do campo, mas que, sobretudo, esteja articulada a outro projeto de desenvolvimento para o campo. A luta dos movimentos sociais por políticas públicas de educação para o campo constitui uma estratégia no sentido de possibilitar uma formação capaz de contribuir para que os trabalhadores construam o projeto de uma nova sociedade, ou seja, almejam a formação do sujeito revolucionário que MARX e ENGELS (2009) destacam como fundamental na superação da sociedade de classes.

Dessa forma, é preciso considerar o confronto entre as diferentes perspectivas de desenvolvimento, de campo e de educação que entram em disputa na tensa relação que se estabelece entre movimento social e Estado para a proposição dessas políticas. Diferente dos movimentos sociais, na proposição do Estado, essas políticas podem representar um importante instrumento no sentido de ocultar perspectivas antagônicas de desenvolvimento político, social e econômico, e assim, constituir-se em um instrumento de consenso entre os diferentes grupos sociais. Conforme destacam FALLEIROS, PRONKO E OLIVEIRA (2010, p. 92), muitas das demandas expressas pelos movimentos populares de educação são absorvidas pela política pública educacional com o objetivo de serem “apassivadas e adequadas aos objetivos do projeto de sociedade e de sociabilidade hegemônico”.

A análise sobre o processo de institucionalização das lutas dos movimentos sociais por educação do campo, no contexto da presente pesquisa, visa expor as contradições que envolvem o projeto de formação da classe trabalhadora do campo e que potencializam ou constituem obstáculos para a organização dos trabalhadores do campo em busca de um novo projeto de sociedade.

Ao analisar o papel da educação formal na sociedade capitalista, GRAMSCI (2001) afirma que a escola pode assumir uma importante função na formação da classe trabalhadora, desde que ofereça os meios para que os trabalhadores a partir de sua conscientização e luta sejam capazes de se organizar e ‘governar’. A educação, segundo GRAMSCI (2001), pode cumprir tanto o papel de consolidação da hegemonia das classes dominantes, como contribuir para a construção de outra hegemonia fundamentada nos interesses da classe trabalhadora.

É nesse mesmo sentido, que a perspectiva de formação da classe trabalhadora, enquanto ‘sujeito revolucionário’, apresentada por MARX e ENGELS, constitui também referência central no presente estudo.

Diante das diferentes perspectivas que envolvem a relação entre o processo de organização do Movimento Nacional de Educação do Campo e a institucionalização de parte de suas reivindicações pela política pública educacional, o diálogo com esses referenciais torna-se fundamental,

considerando-se que a pesquisa se propõe a analisar as implicações desse processo para o projeto de formação dos trabalhadores do campo.

4. CONCLUSÕES

Com base nos estudos realizados até o presente momento, se observa que o destaque atualmente dado às políticas públicas de educação do campo por parte do Estado, pode ser atribuído a dois fatores preponderantes: em primeiro lugar a organização dos movimentos sociais do campo na luta por políticas de educação do campo; em segundo lugar à intencionalidade do Estado de amenizar os conflitos entre diferentes grupos e produzir consenso em torno do projeto social hegemônico, utilizando-se para isso da incorporação de parte das reivindicações dos movimentos populares junto às políticas públicas educacionais como um de seus instrumentos.

Desse modo, o processo de institucionalização das demandas dos movimentos sociais pelas políticas públicas de educação do campo configura novas contradições no que se refere ao tipo de formação destinada aos trabalhadores do campo. Além de não representarem um instrumento suficiente para a formação do trabalhador do campo na perspectiva almejada pelos movimentos sociais populares, essas políticas assumem um caráter homogeneizador ocultando as perspectivas conflitantes que estão envolvidas em sua constituição e desta forma contribuem para a constituição de novos obstáculos para as organizações coletivas dos trabalhadores do campo.

Analisar de forma aprofundada qual a configuração que a formação dos trabalhadores do campo assume a partir das relações estabelecidas entre o Movimento Nacional de Educação do Campo e o Estado, é o que se buscará investigar na sequência da pesquisa.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALAZANS, M. J. **Para compreender a educação do Estado no meio rural – traços de uma trajetória.** In: THERRIEN, J.; DAMASCENO, M. N. (Coords.). Educação e escola no campo. Campinas: Papirus, 1993. p. 172-184.
- CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo: notas para uma análise de percurso.** Trabalho, Educação, Saúde. Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009.
- FALLEIROS, I. PRONKO, M. A. OLIVEIRA, T. C. de. Fundamentos históricos da formação/atuação dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, L. M. W. (Org.) **A direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia no Brasil.** São Paulo: Xamã, 2010.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, Vol. 3: **Maquiavel, Notas sobre o Estado e a Política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- MARTINS, Marcos Francisco. **Marx, Gramsci e o conhecimento - ruptura ou continuidade.** Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido Comunista/Crítica ao Programa de Gotha.** Tradução: Sueli Tomazini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2009.
- MUNARIM, Antônio; LOCKS, Geraldo Augusto. **Educação do campo: contexto e desafios desta política pública.** Olhar de professor, Ponta Grossa, 15 (1): 77-89, 2012.